

PF investiga invasões no Distrito Federal

Sheila Messerschmidt
Da equipe do Correio

Ainércia da Polícia Militar do Distrito Federal no cumprimento da ação de desocupação do Condomínio Itapuã II vai levar a Polícia Federal a investigar as invasões de terras públicas da União na região entre as cidades do Paranoá e Sobradinho. É a primeira vez que a PF é acionada para a tarefa.

A Secretaria de Patrimônio da União do Ministério de Planejamento enviou ontem um ofício à PF pedindo que apure as responsabilidades criminais dos incentivadores das ocupações ilegais na divisa de Paranoá e Sobradinho. O documento deve chegar à Superintendência da PF nos próximos dias.

A preocupação demonstrada no ofício da secretaria teve como estopim a invasão da Fazenda Paranoazinho, área da União com 50.000m², invadida dia 21 de setembro por cerca de mil pessoas, lideradas por Pedro Maravalha, o *Pedro Barbudo*.

Os invasores se instalaram no local em barracos de lona, madeirite e alvenaria. "A permanência deles está incentivando as pessoas a entrarem em outras áreas", comentou um funcionário da gerência regional de Patrimônio da União, que pediu anonimato.

JUSTIÇA PÁRA OBRAS NO PARANOÁ

O juiz Roberval Belinati, da 4ª Vara da Fazenda Pública do TJDF, negou o pedido de reconsideração feito pelo GDF para prosseguir as obras da Expansão do Paranoá. Por meio de liminar, o loteamento foi embargado no dia 19 de setembro, sob risco de dano ambiental. O GDF ingressou com um agravo de instrumento (recurso), que está sendo julgado pela 1ª Turma Cível do TJDF, cujo relator é o desembargador João de Assis Mariosi. Ironicamente, no dia 17 de setembro, desrespeitando uma sentença do próprio Mariosi, o governador Joaquim Roriz incentivou os invasores do Condomínio Itapuã II, próximo à área da Expansão, a permanecerem no local. "Não acato a decisão do desembargador. É uma grande injustiça o que estão fazendo com o meu povo", teria dito Roriz, segundo o oficial de Justiça que fazia a desocupação.

A outra área da União, com 250.000², chamada de Condomínio Itapuã II, foi invadida em 13 de julho. Em menos de dois meses, o local agrupou cerca de 3,5 mil pessoas em barracos de

madeirite e alvenaria, muitos com poços artesianos já abertos em seus lotes. A venda da terra se tornou corriqueira no condomínio, e há lotes comercializados por até R\$ 3,5 mil.

LIMINAR DESCUMPRIDA

AAdvocacia Geral da União obteve uma liminar em 21 de agosto determinando a retirada dos invasores do Condomínio Itapuã II. Liminar que até agora não foi cumprida por falta de um plano de ação para desocupação da área. A reclamação da Secretaria de Patrimônio da União é de que a PM não tem disponibilizado efetivo suficiente para cumprir o mandado judicial de reintegração de posse. A PM responde que o caso não é de sua competência.

Mas não é somente às áreas públicas que se têm restringido à omissão da PM. Duas liminares de reintegração de posse de áreas particulares ao lado das áreas invadidas da União

também aguardam cumprimento devido à falta de aparato policial. Tanto o Hara BS, com 160 hectares, como o Condomínio Del Lago, com 150 hectares, ambos às margens da DF-001, pos-

suem liminares concedidas pelo Tribunal de Justiça do DF (TJDF) determinando a retirada dos invasores. Até agora, elas não foram cumpridas.

Ennio Bastos, advogado da Cooperativa Habitacional dos Inquilinos do DF (COHABITA), que está representando judicialmente os invasores de ambas as áreas, contesta a validade das liminares. No seu entender, elas pertencem a uma só gleba — parte de um espólio que foi vendida separadamente. A terra do Condomínio Del Lago é alvo de disputa pela Terracap em um processo na 6ª Vara da Fazenda Pública do TJDF.

Desde terça-feira, a Polícia Civil está investigando as invasões das áreas. O delegado-chefe da 6ª Delegacia de Polícia (Paranoá), Bartolomeu Araújo, instaurou inquérito para apurar invasão de terra e parcelamento de solo. No mesmo dia, peritos do Instituto de Criminalística estiveram nas três áreas invadidas. "Assim que identificados, os líderes serão indiciados e poderão ter a prisão preventiva solicitada à Justiça", afirmou o delegado.

**LEIA MAIS SOBRE
INVESTIGAÇÕES DE
ATOS DO GOVERNO
DO DF NA PÁGINA 22**